

4468

Lucio Flavio Pinto

Tempo de antecipar

Será possível desenvolver uma política de antecipação na Amazônia? Mais do que uma pergunta a responder, esta é uma questão que precisa ser enfrentada urgentemente na prática. Nada tem sido feito por antecipação na Amazonia: os fatos consumados é que têm sido o critério da verdade. Faz-se muita análise, que, pelo material empírico disponível, descamba quase sempre para o martiriológico, o interminável muro das lamentações. Planejamento é tinta dourada de recobrir a pilula, esta, áspera.

Não que inexista planejamento. Há: mas invariavelmente serve muito mais como habeas corpus preventivo em favor do Estado do que como instrumento de iluminação dos ambientes e orientação dos personagens da trama. As agências da burocracia pública estão repletas de estudos e projetos. Os estudos raramente servem de back-ground para as ações. A distância entre os projetos e sua execução é abissal, seja pelo ângulo do cronograma financeiro, como pelo perfil mesmo do objeto planejado.

Políticas de antecipação tornam-se indispensáveis para uma região cujo grau de integração econômica se planetariza. A Amazônia encontra-se no estágio de ser mapeada e inventariada. Isto exige tempo. Os levantamentos, porém, são realizados após o início da predição, ou mesmo quando ele já consumou. Ao invés de inventariar potencialidades, faz-se arqueologia. Os dados servirão apenas como museu. E de horrores.

Não é futurologia prever que o destino da Amazônia estará associado em grande medida aos minérios e que, neste setor, a região terá importância internacional na mineração, metalurgia e siderurgia em etapas intermediárias. Mas o tratamen-

to governamental a esses assuntos continua sendo varejista, esgotando-se em pequenas batalhas tributárias e fiscais.

Talvez as exigências de antecipação superem a capacidade de dar respostas dos governos locais. O desafio não pode ser minimizado: é imenso. Mas o Estado usa sua imaginação para estar ao nível da demanda, ou dificilmente teremos tempo, e condições de evitar a definitiva colonização da Amazônia, transformada em satélite, irremediavelmente vinculada a centros maiores de gravitação. Seremos uma colônia, como o Gabão ou outras possessões afro-asiáticas.

Todos já sabem que a Amazônia será — e já está começando a ser — um dos domínios inevitáveis da indústria do alumínio. Precisamos nos atualizar e nos preparar urgentemente para explorar as brechas favoráveis e tentar consolidar uma posição própria, enquanto não se tecem os últimos cordões de amarração. O principal certame é o das tarifas de fornecimento de energia.

Assim como deveria estar na vanguarda da discussão da política energética, a Amazônia teria que trazer para dentro de seu território o debate sobre o Código de Mineração. Na vigência do atual, Minas Gerais foi e ainda é o grande ponto de referência. No novo período, o Pará é que ocupará essa posição — e numa larga perspectiva, como nunca antes Minas desfrutou. Isto, aliás, não quer dizer que fiquemos em situação melhor. Pelo quadro de hoje, aliás, ficaremos é bem pior.

É igualmente inaceitável que os amazônidas permitam que o anteprojeto da nova lei florestal permaneça a sono solto nas comissões técnicas da Câmara Federal. É uma espécie de bomba-relógio, que explodirá beneficiando-se do decurso de

tempo para apagar a lembrança na memória. É preciso desmontá-la e preparar um artefato benéfico para a região. Não poderá haver antecipação em relação à ocupação da terra se não se iniciar imediatamente o zoneamento ecológico-econômico, embutido no texto da lei para jamais sair do papel.

Antecipar significa dispor de uma "massa crítica" e de instrumentos operacionais para chegar primeiro e em melhores condições às novas fontes de produção, que se incorporam a cada dia. Todos sabem, por exemplo, que o país responsável por quase metade da produção mundial de ouro atravessa uma crise política muito séria, da qual não se sabe quando ou como sairá, nem mesmo se conseguirá sair. Das 20 principais empresas produtoras de ouro, 18 estão estabelecidas na África do Sul, quase todas originadas ou ainda sob o controle de capital estrangeiro. Qual a mais provável alternativa que elas poderão encontrar para se manter no mercado? O Brasil. A curto prazo, em Minas Gerais. A médio e longo prazo, dependendo das pesquisas (mal iniciadas), na Amazônia. Mas por aqui a política do ouro ainda acompanha as flutuações mercuriais de curiós e outras aves semelhantes, ainda que de aparência oposta.

O cenário da Amazônia não é mais apenas o que se desenha diante dos nossos olhos. Ele é imenso e alguns de seus locais-chaves não são visíveis a olho nu. Para percebê-los é preciso utilizar as lentes do conhecimento, do saber e da tecnologia, tudo o que de mais refinado o homem produziu. Do contrário, o que se verá será apenas a poeira e não quem a está provocando. E, neste caso, além de ver poeira, vamos ficar com o gosto dela na boca, o gosto do fracasso e da frustração, dos que ficam para trás.